UM OLHAR SOBRE O PROTAGONISMO NEGRO NA HQ *ANGOLA JANGA* E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA ALINHADAS À LEI 10.639/03

A look at the black protagonism in Angola Janga comic and its contributions to the teaching of history aligned with law 10.639/03

Kamila Beatriz Souza Vasconcelos

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Departamento de História (Licenciatura), Recife, PE, Brasil, 2023. E-mail: kamila.vasconcelos@ufpe.br

Orientador: André Luiz Maranhão Agostinho dos Santos

RESUMO

O artigo tem o propósito de discutir e problematizar, no âmbito educacional, o racismo estrutural vigente na sociedade brasileira, a fim de promover uma educação histórica crítica e antirracista alinhada à Lei 10.639/03 através da lógica da Pedagogia do Conflito e do Multiculturalismo crítico em detrimento do negacionismo do racismo estrutural e da Pedagogia do Consenso que, presente em currículos prescritos como a BNCC, tende a buscar uma neutralidade na prática educativa, suavizando os conflitos e temas traumáticos da história do nosso país, reforçando, assim, a tradição hegemônica e estereriotipada a qual a história da África e da escravização fora narrada durante séculos. Desse modo, o trabalho buscou explorar a capacidade da HQ, Angola Janga, de Marcelo D'Salete - enquanto mídia - como ferramenta pedagógica e fonte histórica no ensino e aprendizagem de História nos anos finais do Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio a favor de uma visão contra-hegemônica no tocante às resistências dos africanos à escravização no final do século XVII, no Quilombo dos Palmares. Para a construção desse trabalho, foi utilizada uma análise de bibliografias relacionadas ao tema juntamente com a análise de seções da HQ *Angola Janga*, de Marcelo D' Salete, valendo-se da metodologia semiótica de Antônio Luiz Cagnin. O trabalho contribui com a aplicabilidade da lei 10.639/03 em se tratando da valorização do legado africano no enfrentamento do racismo estrutural no Brasil através da óptica dos subalternos.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Pedagogia do Conflito; Ensino de História; Histórias em quadrinhos; Angola Janga.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss and problematize, in the educational field, the current structural racism in Brazilian society, in order to promote a critical and anti-racist historical education aligned with Law 10.639/03 through the logic of Conflict Pedagogy. and Critical Multiculturalism to the detriment of denialism of structural racism and Consensus Pedagogy which, present in prescribed curricula such as that of the BNCC, tends to seek neutrality in educational practice, easing conflicts and traumatic themes in the history of our country, thus reinforcing the hegemonic tradition and stereotyped way in which the

history of Africa and enslavement was narrated for centuries. In this way, the work sought to explore the capacity of the comic Angola Janga, by Marcelo D'Salete - as a media - as a pedagogical tool and historical source in the teaching and learning of History in the final years of Elementary School 2 and High School in favor of a vision counter-hegemonic on the resistance of Africans to slavery at the end of the 17th century, in Quilombo dos Palmares. For the construction of this work, an analysis of bibliographies related to the theme was used together with the analysis of sections of HQ Angola Janga, by Marcelo D'Salete, using the semiotic methodology of Antônio Luiz Cagnin. The work contributes to the applicability of Law 10.639/03 when it comes to valuing the African legacy in facing structural racism in Brazil from the perspective of subordinates.

Keywords: Law 10.639/03; Conflict Pedagogy; History Teaching; Comics; Angola Janga.

INTRODUÇÃO

A inflexão interpretativa nos estudos históricos brasileiros acerca da questão social, a qual fez avançar a maneira em que os subalternos - como os escravizados - seriam representados pela historiografia, a partir da década de 1970, provocou uma busca por uma maior diversidade de fontes históricas para analisar os fatos e os processos históricos, a fim de afastar generalizações e investigações superficiais. Dessa maneira, o novo objetivo dessa tendência historiográfica era compreender os processos históricos-sociais a partir de uma visão interna dos fatos, ou seja, a partir das ações dos agentes históricos envolvidos diretamente. Nessa perspectiva, através dos novos estudos, pôde-se observar que os dominados não eram passivos e agiam nas brechas do sistema opressor, sendo agentes de suas próprias histórias e heterogêneos. Além disso, ao longo das pesquisas, fora perceptível que dentro dos grupos oprimidos, existiam relações de poder, jamais imaginadas antes dessa inflexão metodológica.

Nesse viés, ao considerar os escravizados como sujeitos históricos, através de suas experiências, a nova historiografia passou a valorizar a ação destes enquanto resistência frente ao sistema escravocrata. Tal inflexão, foi uma mudança de chave essencial para que pesquisas como essa possam se desenvolver com o intuito de dar voz aos marginalizados.

A fim de promover uma educação histórica, crítica e antirracista, busquei contribuir para a discussão acerca da importância da aplicação da Pedagogia do Conflito em detrimento da Pedagogia do Consenso no ensino de História, com o recorte para a temática da Escravização e das lutas dos negros pela liberdade no Quilombo dos Palmares, na segunda metade do século XVII, visando seus protagonismos dentro desse processo. Para isso, valendo-se da perspectiva do Multiculturalismo Crítico que entende a cultura da mídia e os currículos como produtores de identidade e de diferenças, o trabalho desenvolvido, buscou compreender de que forma a narrativa gráfica *Angola Janga,* de Marcelo D' Salete, contribui - enquanto mídia cultural - para a representação do protagonismo negro nas lutas pela liberdade e resistência frente à escravidão, em consonância com a aplicabilidade da lei 10.639/03 no ensino de História da África e cultura afro-brasileira da educação básica - com o recorte para os anos finais da Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio. Para a construção desse

trabalho, foi utilizada uma análise de bibliografias relacionadas ao tema juntamente com a análise de seções da HQ *Angola Janga*, de Marcelo D' Salete, valendo-se da metodologia semiótica de Antônio Luiz Cagnin.

O trabalho justifica-se devido a permanente disputa de narrativas em torno da temática da escravização, o qual torna essencial o papel do(a) professor(a) de História como mediador(a) da discussão com seus alunos a respeito do perigo da corrente ideológica que defende a existência de uma democracia racial no país, valendo-se do resgate da teoria freyriana e a prática do silêncio acerca da cultura e resistência africana e afro-brasileira como ritual pedagógico. Em seu lugar, faz-se necessário a problematização do racismo estrutural vigente em nosso país, fruto de mais de 3 séculos de escravização, através da defesa de uma Pedagogia do Conflito.

Dessa maneira, a HQ *Angola Janga* analisada dialoga com essa pedagogia e com a renovada historiografia, pois essa obra busca representar os subalternos quanto protagonistas de suas histórias e fora dos estereótipos aos quais foram tradicionalmente representados na cultura da mídia. Assim, os personagens são ilustrados como sujeitos históricos dotados de consciência do sistema violento que viviam e através dessa, tramaram - de variadas formas - sua liberdade, contribuindo, na aplicabilidade da lei 10.639/03 em se tratando da valorização do legado africano no enfrentamento do racismo estrutural no Brasil através da ótica dos subalternos.

Nesse sentido, inicialmente busco realizar uma breve reflexão sobre a história das HQs no ensino de História, trazendo variados pesquisadores que se debruçaram sobre essa temática. Em seguida, a discussão se volta para a mudança gradual na representação dos negros nos quadrinhos através da inflexão metodológica dos estudos sociais a partir da década de 1970 e a pontencialidade dos quadrinhos a serviço da luta antirracista. Na terceira seção, explorei a utilização das HQs como ferramenta e fonte para promover a descolonização dos currículos à luz da LDB alterada pela lei nº 10.639/03 através do rompimento do silêncio das culturas negadas por mecanismos coloniais racistas**.** Por fim, analisei a capacidade da HQ *Angola Janga* na aplicabilidade da lei 10.639/03 em se tratando da valorização do legado africano no enfrentamento do racismo estrutural no Brasil através da ótica dos subalternos.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA BREVE REFLEXÃO

Antes de adentrar a respeito do uso das História em Quadrinhos no ensino de História como ferramenta pedagógica, é benéfico definir e contextualizar a nona arte. De acordo com Mccloud (1995), as HQs podem ser definidas como "imagens pictóricas e outras, justapostas em sequências deliberadas destinadas a transmitir informação e/ou produzir uma resposta no espectador." (MCCLOUD, 1995, p. 9). Nesse viés, compreende-se que as Histórias em Quadrinhos são duas ou mais imagens, possuindo textos escritos ou não, inseridos uma ao lado da outra em sequência com objetivo de passar uma determinada informação ao espectador.

Os quadrinhos ganharam espaço nos Estados Unidos no final do século XIX, como um meio de comunicação de massas. As HQs apareciam nas páginas dos jornais dominicais com conotações satíricas, cômicas e desenhos caricaturais de temas como a imigração.

Considera-se que a nona arte surgiu com a publicação da HQ The Yellow Kid (o menino amarelo) no jornal The New York World, em outubro de 1986. Após cerca de três décadas da publicação de The Yellow Kid, tornou-se visível uma crescente popularização das HQs, ganhando novos temas e formatos - com destaque para as HQs de heróis, como as histórias do Superman (1938), criado por Joe Shuster e Jerry Siegel; em seguida, vieram Batman (1939), Mulher Maravilha (1941) e Capitão América (1941).

Somente na década de 1970, na França, as Histórias em Quadrinhos ganharam espaço como ferramenta pedagógica nas salas de aulas. De acordo com Vergueiro (2006), "a inclusão efetiva das histórias em quadrinhos em materiais didáticos começou de forma tímida, inicialmente eram utilizadas para ilustrar aspectos específicos das matérias que antes eram explicados com textos escritos." (VERGUEIRO, 2006, p.20).

No Brasil, as Histórias em Quadrinhos somente ganharam espaço na seara educacional em 1996, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). De acordo com o Art. 3º da Lei de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o ensino passa a ser ministrado com base nos seguintes princípios: "II liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas". (BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Desse modo, ao defender o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas de ensino, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 foi essencial para a inserção

das Histórias em Quadrinhos no âmbito educacional como ferramenta pedagógica, além de proporcionar a sua potencialidade como fonte para variadas pesquisas científicas.

De acordo com Barbosa (2009), no Brasil, as HQs apesar de alcançarem uma posição privilegiada nos meios de comunicação e na indústria do entretenimento, a área educacional ainda é pouco explorada pelos quadrinhos. Nessa perspectiva, além dos quadrinhos comporem reformas curriculares, materiais pedagógicos e participarem dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ao Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), faz-se necessário que estejam na prática docente.

Segundo Barbosa (2009), a linguagem dos quadrinhos atua como *facilitador* no processo pedagógico de qualquer conteúdo. Ou seja, através das HQs é possível trabalhar, ao mesmo tempo, várias disciplinas. Existem diversos benefícios dos quadrinhos em sala de aula: o primeiro, como aponta Vergueiro (2006), é o fato de que os estudantes querem ler quadrinhos. Isso é um ponto fundamental, pois ao utilizar as HQs como ferramenta no processo educativo, amplia o interesse dos alunos pela temática da aula (uma das grandes dificuldades vivenciadas pelos docentes em sua prática diária). Vergueiro (2006) também salienta que as palavras e imagens, juntas, ensinam de forma mais eficiente. Ou seja, a comunicação dinâmica dos quadrinhos "amplia a possibilidade de compreensão do conteúdo programático por parte dos alunos". (VERGUEIRO, 2006, p.22).

Além disso, este defende que as HQs auxiliam no desenvolvimento do hábito de leitura, na expansão do pensamento criativo e crítico, na variação de vocabulário, na colaboração na articulação dos conhecimentos escolares com os conhecimentos individuais dos estudantes, entre outros. Vergueiro (2014), aponta ainda, como critério fundamental para desenvolver um bom trabalho com quadrinhos, a "alfabetização", tanto dos alunos como dos professores, na linguagem específica dos quadrinhos.

Vilela (2009) comenta que a potencialidade das HQs é enorme. Nesse mesmo viés, Vergueiro (2006) apregoa que as possibilidades de utilizar os quadrinhos em sala de aula são infinitas. Por isso, é essencial que a arte sequencial seja aplicada de várias maneiras pedagógicas, não apenas como suporte de conteúdo. Para Vilela (2009), em se tratando das HQs no ensino de História - o recorte deste presente trabalho - essas também podem ser utilizadas como fontes históricas, pois possuem historicidade, além de terem diferentes significados e usos sociais em tempos diversos.

De acordo com Carvalho (2006), há duas formas principais de se trabalhar com as histórias em quadrinhos nas aulas de História: o professor pode apresentar como as HQs foram introduzidas ou utilizadas em episódios de cunho histórico e como retratam a história. Nessa conjuntura, através dos quadrinhos, os professores de História podem trabalhar conceitos de tempo e suas dimensões (sucessão, duração e simultaneidade), além do chamado *flashback*, o qual auxilia na indicação dos recuos de tempo.

Com o intuito de auxiliar os professores, Vergueiro (2006) sistematizou algumas maneiras para utilizar os quadrinhos na disciplina de História: I. Para ilustrar ou fornecer uma ideia de aspectos da vida social de comunidades do passado; II. Para serem lidos e estudados como registros da época em que foram produzidos; III. Para serem utilizados como ponto de partida de discussões de conceitos importantes para a História.

Por outro lado, ao se debruçar nas HQs como documento histórico, convém analisar alguns pontos importantes como: quem é(são) o(s) autor(es)?; quando e onde foi produzida? por quem fala? (qual visão de mundo? qual ideologia?); a quem se destina? (qual o público-alvo?); qual é (são) a(s) sua(s) finalidade(s)? - entretenimento, informativo, educativo, institucional, propaganda (política), entre outros. (VERGUEIRO, 2006, p.113-115).

Após a familiaridade do professor com os elementos e recursos presentes na linguagem dos quadrinhos, ele estará apto a empregar em suas aulas uma ferramenta pedagógica de possibilidades infinitas. Dessa maneira, as HQs permitem uma prática pedagógica mais dinâmica e prazerosa, à qual auxilia a romper com o modelo tradicional de ensino, pautado na transmissão de conhecimentos do professor para os alunos de maneira impositiva.

O NEGRO NOS QUADRINHOS: DIÁLOGO ENTRE MÍDIA E ENSINO DE HISTÓRIA

É sabido que a historiografia atual busca representar os escravizados quanto sujeitos históricos ativos nos processos de resistências à escravização e construção de suas identidades. Anteriormente à mudança de chave na representação dos grupos subalternos na historiografia - através de uma revisão metodológica dos estudos sociais ocorrida por volta da década de 1970, influenciada por estudos franceses e ingleses, - Braga (2020) aponta que os escravizados eram caracterizados de três formas principais: como um problema; como uma

mercadoria sem subjetividade; ou quando reconhecidos como sujeitos, eram colocados como completamente reprimidos pelos dominantes.

Nesse sentido, tal transformação buscava obter uma diversidade maior de fontes históricas para analisar os fatos e os processos históricos, preocupando-se, assim, em afastar generalizações e investigações superficiais. O novo objetivo da tendência historiográfica[1] era compreender os processos históricos-sociais a partir de uma visão interna dos fatos[2], ou seja, a partir das ações dos agentes históricos envolvidos diretamente. Nessa perspectiva, através dos novos estudos, pôde-se observar que os dominados não eram passivos e agiam nas brechas do sistema opressor, sendo agentes de suas próprias histórias e heterogêneos. Além disso, ao longo das pesquisas, fora perceptível que dentro dos grupos oprimidos, existiam relações de poder, jamais imaginadas antes dessa inflexão metodológica.

Nesse viés, ao considerar os escravizados como sujeitos históricos, através de suas experiências, a nova historiografia passou a valorizar a ação destes enquanto resistência frente ao sistema escravocrata. Tal inflexão, foi uma mudança de chave essencial para que pesquisas como essa possam se desenvolver com o intuito de dar voz aos marginalizados.

O "multiculturalismo crítico"[3] (MCLAREN, 1994) acrescenta bastante ao debate na medida que adota uma agenda política transformadora ao qual reconhece as representações de raça, etnia, classe, gênero, etc., como produtos de lutas sociais. Além disso, tal teoria entende a cultura da mídia e os currículos como produtores de identidade e de diferenças. Dessa forma, pensar o multiculturalismo crítico, pode significar trabalhar com a cultura da mídia (KELNNER, 2001).

No contexto educacional, em benefício da teoria ilustrada acima, faz-se necessário que o docente medeie uma interpretação crítica acerca da mídia analisada. Com o intuito de proporcionar diálogos entre as experiências dos discentes e das outras culturas – em especial, a cultura africana e afro-brasileira - que foram por muito tempo silenciadas, a fim de que os alunos possam desenvolver um olhar crítico acerca dos sistemas de poder e das injustiças sociais que reproduzem, observando e problematizando a tradição hegemônica a qual a história da África e da escravização fora narrada durante séculos (KELLNER, 2008).

---

[1] Um dos principais expoentes nessa renovação historiográfica fora E. P. Thompson, o qual valorizou a categoria "experiência", a fim de chegar ao mais próximo possível das realidades marginais.

[2] [2] A respeito disso, pode-se destacar a busca por pistas e indícios de uma vida marginalizada, conhecida como "paradigma indiciário". Tal paradigma aproximou historiadores de antropólogos.

Nessa perspectiva, os quadrinhos enquanto mídia são ferramentas e fontes notáveis na educação e em particular, no ensino e aprendizagem de História. Dessa maneira, abordar temas sensíveis - como o legado traumático da Escravidão e as lutas por liberdade - através da linguagem artítisca e sensível das HQs pode ser uma abordagem pedagógica assertiva, se utilizada por um docente familiarizado com a linguagem dos quadrinhos.

Outro aspecto relevante diz respeito aos estudos de Nobu Chinen (2019) acerca da trajetória da representação dos negros nos quadrinhos do Brasil. Em seus estudos preliminares, Chinen (2013), afirma que a representação dos negros nos quadrinhos, durante décadas, foi marcada pelo exagero, através de lábios grossos e olhos esbugalhados. Segundo ele, a construção do estereótipo do negro nas HQs teve origem com os menestréis e sua representação gráfica nos quadrinhos norte-americanos, posteriormente adotado por autores brasileiros até meados da década de 1970.

Nessa perspectiva, Chinen cita Mazzara (1999) para definir "a padronização visual de certos atributos físicos que definimos através do estereótipo" (CHINEN, 2013, p. 76). De acordo com Mazzara, estereótipo é "um conjunto coerente e bastante rígido de crenças negativas que um certo grupo compartilha em relação a outro grupo ou categoria social" (MAZZARA, 1999, apud CHINEN, 2013, p. 76). Para ele, o estereótipo compõe "o próprio núcleo cognitivo do preconceito ao sustentar e perpetuar uma imagem negativa a respeito de um grupo" (MAZZARA, 1999, p. 14, apud CHINEN, 2013, p. 76)

Desse modo, através dos estudos de Erving Goffman (1988), Chinen explica que os estereótipos quando são aceitos por uma coletividade, tornam-se "estigmas de uma determinada classe ou etnia" (CHINEN, 2013, p. 76). Nesse sentido, a construção da imagem do negro nos quadrinhos se deve aos estereótipos produzidos pela classe dominante branca.

O indivíduo, durante a sua construção identitária, adere ao referencial que possui, pois sendo o modelo dominante, passa a ser o ideal procurado, apesar de não corresponder com sua realidade. Nesse viés, Chinen aponta que isso é uma grande problemática, quando se trata de jovens, cuja a formação de suas personalidades pode entrar em conflito com os padrões de cor, credo ou valores de seu grupo. (CHINEN, 2013, p. 77).

O preconceito e os estereótipos presentes nas relações sociais, foram refletidos nas mídias, que, ajudaram a disseminá-los, em um grande círculo vicioso, em prejuízo dos que sofrem a discriminação (CHINEN, 2019, p.45). A mudança gradual na representação dos

negros nos quadrinhos só ocorreu a partir da década de 1980. A contínua luta por representações negras condizente com a realidade e desvinculado de estigmas e estereótipos é reflexo de demandas de uma sociedade mais crítica e menos tolerante à disseminação do preconceito nas mídias, aliada a uma legislação mais rígida contra crimes de racismo.

Desse modo, as histórias em quadrinhos devem ser utilizadas a serviço da luta antirracista. Nas instituições educativas, o professor de História ao trazer para sala de aula HQs que exaltam a participação da cultura africana na formação do Brasil e discutam sobre o legado traumático da escravidão, dissociados de padrões pejorativos racistas, contribuem para a formação de jovens reflexivos e críticos acerca da realidade do Brasil.

QUANDO O SILÊNCIO É ROMPIDO: HQs NA DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS À LUZ DA LDB ALTERADA PELA LEI Nº 10.639/03

Apesar de haver um número considerável de estudos no campo da Escravidão e Pós-abolição, Marcelo D' Salete - autor da obra analisada - considera que o tema da escravidão é historicamente um tabu que atravessa nossa história e identidade. Devido a isso, discutir e revisitar esse tema torna-se tão necessário, a fim de promover uma educação histórica, crítica e antirracista. Nesse sentido, ao rever as mazelas geradas pelo longo processo de escravidão, é possível observar suas permanências no Brasil atual - a exemplo, a morte da juventude negra, o encarceramento em massa e a ocupação das piores posições em todos os indicadores socioeconômicos: renda, habitação precária, acesso à educação, entre outros.

Acerca da participação ativa dos negros no processo de formação do Brasil, a historiografia, por muito tempo, relegou ao *silêncio*. O ponto inicial desse projeto supremacista branco, foi a criação, no século XIX, do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) - um órgão financiado pelo império - com o intuito de construir uma narrativa oficial para a História nacional de forma a legitimar o controle português. Para isso, segundo Vainfas (1999), foi organizado um concurso intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*. A proposta vencedora foi a do naturalista alemão Karl *von* Martius, a qual afirmava que o ponto central para se compreender a história brasileira residia no estudo do cruzamento das três raças fundadoras de nossa nacionalidade: a branca, a indígena e a negra. Nesse viés, Martius lançava em seu trabalho as primeiras sustentações acerca do mito da "democracia racial brasileira", conceito posteriormente reelaborado e desenvolvido em Casa Grande Senzala (1933), por Gilberto Freyre. Em seu trabalho, *von* Martius deu prioridade à

contribuição portuguesa na formação da nacionalidade brasileira, relegando aos indígenas - de forma idealizada - o papel secundário. Ao papel do negro, Martius praticamente o desprezou.

Posteriormente, ainda no século XIX, Francisco Adolpho de Varnhagen - homem de confiança de D. Pedro II - com sua obra *História geral do Brasil*, assume o papel de "inventar" a história do Brasil. Dessa forma, o olhar de Varnhagen é o olhar do estrangeiro, do branco, do colonizador. Em sua narrativa, os portugueses detinham todos os elementos necessários para a construção de uma nação grandiosa e bem sucedida. Sem haver, assim, a necessidade de resistências e rupturas. Nesse aspecto, Varnhagen desenvolveu uma História branca, elitista e imperial, ilustrando os indígenas como bárbaros e selvagens. Nessa narrativa, os negros escravizados eram invisibilizados na medida que a mestiçagem era considerada na época um entrave para o desenvolvimento da nação. Sendo assim, com Varnhagen, a "miscigenação" permaneceu oculta.

Em contrapartida, sob a influência da corrente culturalista de Franz Boas, o sociólogo Gilberto Freyre, alterou a visão negativa acerca da mestiçagem, substituindo-a por uma conotação positiva. Através dos seus estudos e obras, Freyre empregou a ideia de democracia racial, a qual suavizava o racismo estrutural brasileiro. Por outro lado, a pesquisa desenvolvida por Florestan Fernandes contrariou a ideia de democracia racial freyriana, na medida em que revelou a não inserção do negro na sociedade brasileira pós-abolição e admitiu a existência do racismo estrutural brasileiro. Sendo assim, trabalhos posteriores como o de Emília Viotti da Costa foram essenciais para a compreensão do racismo estrutural desenvolvido através do sistema escravista e da desmistificação da democracia racial de Freyre.

Somando ao debate, em seu livro *Racismo Estrutural*, o jurista Silvio Almeida (2018) aponta que apesar de não haver raças no conceito biológico, houve o processo de racialização, levando a sociedade brasileira contemporânea a conviver com o racismo estrutural.

A Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais, proclamada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), reunida em 1978 na cidade de Paris, exprime que o racismo pode ser compreendido como [3]"preconceito racial historicamente vinculado às desigualdades de poder, que tende a se fortalecer por causa das diferenças econômicas e sociais entre os indivíduos e os grupos humanos". Nesse sentido, no Brasil, tal

[3] Artigo 2, parágrafo 3.

definição internacional se enquadra na esfera do racismo estrutural, os quais os afrodescendentes ainda estão presos na exclusão social herdada do período da escravidão. Dessa maneira, o racismo estrutural brasileiro, pode ser compreendido como componente histórico e político do país, que viabiliza por sua vez, a discriminação sistemática de indivíduos negros e encontra-se naturalizada no cotidiano, na atualidade.

É dever de todos os cidadãos desempenhar um papel antirracista. As instituições escolares têm uma missão essencial nessa luta. No entanto, ainda é perceptível uma lacuna na formação cidadã na escola. De acordo com Braga (2020, p 34), é possível estabelecer duas linhas interpretativas que inviabilizam a consolidação plena de uma prática pedagógica antirracista dentro da sociedade brasileira. A primeira, refere-se ao negacionismo. Ou seja, a negação de um racismo estrutural em nossa formação sócio-política. A segunda, relaciona-se com a *pedagogia do consenso*. Essa, não nega a existência do racismo estrutural, porém vale-se de ferramentas que possam suavizar o tema - prática muito comum em materiais prescritos por órgãos governamentais.

De acordo com Paulo Freire, Sérgio Guimarães e Moacir Gadotti a origem dessa Pedagogia que quer ser neutra está na perspectiva positivista. Desse modo, a pedagogia do consenso consiste em buscar uma neutralidade na prática educativa, que de acordo com os autores citados, não é possível, pois a negação do conflito reforça a estrutura.

Acerca da violência gerada pela prática da *pedagogia do consenso*, a qual dificulta a formação de uma diversidade cultural no contexto educacional, Silva (2000, p.35) nos mostra que “em geral, o resultado é a produção de novas dicotomias, como a do dominante tolerante e do dominado tolerado ou a da identidade hegemônica, mas benevolente, e da identidade subalterna, mas ‘respeitada’”.

A *pedagogia do consenso* insere-se na prescrição curricular voltada para um ensino padronizado, o qual inibe o protagonismo do professor quanto a sua proposta didática. De acordo com Braga (2020), essa abordagem está em boa parte das políticas educacionais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual “entende que existe uma separação entre professores e especialistas intelectuais que são "alienígenas" na sala de aula” (BRAGA, 2020, p.35). Desse modo, perpetua-se a contradição entre a teoria curricular padronizada e elitista e as realidades multiculturais presentes nas salas de aula Brasil afora.

A historiadora e pesquisadora da educação Circe Bittencourt (2020) afirma que o currículo oficial sempre esteve voltado para a elite. A exemplo disso, na BNCC é vigente o papel secundário dado à História do Brasil, em detrimento da História eurocêntrica. Além disso, a professora comenta que as elites temem ao método dialético de ensino como o de Paulo Freire que era dialógico.

Os movimentos sociais têm papel fundamental na luta por uma educação mais plural e significativa. Entre os anos 1985-2008, foram elaborados currículos escolares para o ensino público com alguns apontamentos interessantes sob a influência desses. Através de seus debates sobre a realidade etnico-racial e cultural do país, no governo Lula, houve a criação de leis de ensino Africano e Indígena (2003 e 2008, respectivamente).

No governo de Michel Temer, houve a implantação da BNCC. A Base Nacional Comum Curricular, apesar de visar uma maior equiparação entre a educação pública e privada, apresentou algumas problemáticas: um currículo de caráter prescritivo que objetiva atender à lógica neoliberal de ensino através de índices padronizados, o qual dificulta a qualidade da formação cognitiva proposta pelo próprio currículo. Além disso, gera a limitação da autonomia do professor, prejudicando-o na abordagem de conteúdos e metodologias ativas condizentes com a realidade plural da educação básica brasileira.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1996), Paulo Freire defende a troca de conhecimentos entre professor e aluno, o qual o docente deve valorizar e respeitar as experiências vividas pelos discentes e incorporá-las ao longo do processo de aprendizagem. Para isso, o docente precisa ter liberdade para pensar seu conteúdo e organizá-lo em diálogo com as realidades dos alunos, a fim de estimular reflexões críticas desses e construir junto a eles um conhecimento significativo.

De acordo com Douglas Kellner, vivemos em uma sociedade cada vez mais multicultural. Desse modo, buscar novas vozes, fontes e metodologias educacionais mais próximas das realidades dos alunos é essencial para despertar o interesse desses e aproximá-los da disciplina de História, em especial, de temas que façam-os refletir sobre a nossa sociedade desigual, fundada na colonização portuguesa e na utilização de trabalho escravizado de africanos e de indígenas.

Nesse viés, sob a égide da teoria do multiculturalismo, Silva (2000, p.35) aponta que:

> (...) Ver a identidade e a diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve, fundamentalmente, relações de poder (...)

Dessa maneira, sob o prisma da teoria do multiculturalismo crítico, o emprego da Pedagogia do Conflito, visa ilustrar como o diálogo e o conflito se articulam como estratégias do oprimido. Assim, a utilização da HQ *Angola Janga* no ensino de História acerca do tema da Escravidão, alinha-se também, à proposta de Gayatri Spivak (2010), uma pensadora culturalista indiana, a qual defende que o subalterno possa falar por si, a fim de garantir pluralidade acerca dos pontos de vistas sobre processos históricos que incutem relações de poder.

Contrariando a lógica da *pedagogia do consenso* e do negacionismo do racismo estrutural na formação sócio-política do Brasil, a pesquisa desenvolvida buscou contribuir para a aplicação de uma prática pedagógica antirracista alinhada à lei 10.639/03 - que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira - através da lógica da *pedagogia do conflito*[4]. Assim, como pontua Braga (2020), "o ensino deve ser crítico e significativo para os alunos, e para isso ele deve utilizar uma pedagogia do conflito que aponte as problemáticas que devem ser enfrentadas, em oposição à pedagogia do consenso[5] que tende a amenizar os conflitos".

A introdução obrigatória do ensino de história da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas de educação básica em cumprimento da lei 10.639/03, fomenta a necessidade da descolonização dos currículos na educação básica e o rompimento com o silêncio como ritual pedagógico a serviço do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial. Para que isso seja possível, no intuito de ultrapassar o campo teórico/legal e adentrar nas salas de aula, faz-se necessário algumas mudanças pontuadas por Gomes (2012): diálogo entre a escola, o currículo e a realidade social, bem como a formação de professores e professoras reflexivos e críticos sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos, a fim de evitar a reprodução de uma pedagogia do consenso que visa suavizar os conflitos e temas traumáticos da história do nosso país.

---

[4] "A pedagogia do conflito é a teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, mas ao contrário, o afronta, desocultando-o" (GADOTTI, 2008, p. 7).

[5] Pedagogia que dialoga com um projeto de formação humana neoliberal.

Nesse aspecto, é imprescindível que haja mudanças nas formas de representação do papel dos negros no processo de luta pelo fim da escravização. Dessa maneira, em diálogo com tal emergência, a utilização da HQ *Angola Janga*, de Marcelo D' Salete, quanto ferramenta pedagógica, destaca-se como uma alternativa nesse enfrentamento da perpetuação do racismo estrutural e da necessidade de assumir um compromisso com a pedagogia do conflito, pois essa é uma narrativa gráfica que dá voz a formas plurais de resistência dos escravizados.

De acordo com a psicanalista Neusa Santos Souza, "ser negro não é uma condição dada a priori. No Brasil, ser negro é tornar-se negro". Tornar-se negro implica uma construção social e individual materializada na concretude de sujeitos sociais, dotados de identidade, corporeidade e memória. Desta maneira, sendo a *diferença* um componente do processo de humanização, a escola como instituição responsável pela socialização do saber historicamente acumulado pela humanidade é um dos espaços que influenciam na construção da identidade negra, através da construção de representações positivas sobre o negro. Para isso, faz-se necessário propor uma pedagogia da diversidade que vise inserir o negro no lugar do sujeito que ele realmente é.

Assim como Gomes (2002), defendo que a escola deve problematizar a questão racial. Tal problematização, "implica descobrir, conhecer e socializar referências africanas recriadas no Brasil e expressas na linguagem, nos costumes, na religião, na arte, na história e nos saberes da nossa sociedade." (GOMES, 2002, p. 46). Para isso, construir novas práticas pedagógicas, novos materiais didáticos e estabelecer diálogo com a comunidade negra é essencial. A utilização de HQ - devido ao seu teor artístico e visual - é uma boa aliada nessa luta.

[6]A HQ *Carolina* (2016) que narra a vida de Carolina Maria de Jesus, autora de *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* e uma das primeiras escritoras negras do Brasil, é um exemplo da busca por representatividade negra e denúncia do racismo estrutural brasileiro.

[6] Obra realizada pelo cartunista João Pinheiro e pela educadora Sirlene Barbosa.

Figura 1[7]

A figura do negro raramente era criada ou protagonizava uma revista, tira ou álbum. Chinen (2019), aponta a dupla problemática quanto o lugar dos negros nas HQs: ausência ou, quando inseridos, eram por muitas vezes, carregados de estereótipos na sua representação. Nessa perspectiva, têm–se o exemplo do Jeremias que, apesar de ser um dos primeiros personagens criado por Mauricio de Sousa, em 1960, ele praticamente nunca saiu da função de "eterno coadjuvante" ou melhor, figurante.

Apenas em 2018, Jeremias ganhou sua própria história no 18° álbum do selo *Graphic MSP* da Maurício de Sousa Produções, no qual artistas nacionais colocam suas ideias e traços próprios para novas versões dos personagens da *Turma da Mônica*. Os artistas Rafael Calça e Jefferson Costa (roteirista e ilustrador, respectivamente), realizaram um trabalho excelente ao ilustrar uma história forte, dura, emocionante, na qual Jeremias lidará pela primeira vez com o preconceito por causa da cor da sua pele. A história é recheada de dor, superação, aprendizado e preparação para a vida. Os frutos da obra logo foram visíveis, pois além de ser considerada a melhor obra da série "Graphic MSP", ganhou o prêmio Jabuti de Melhor História em Quadrinhos e o Troféu HQ Mix, em 2019.

[7] HQ Carolina (Veneta, 2016).

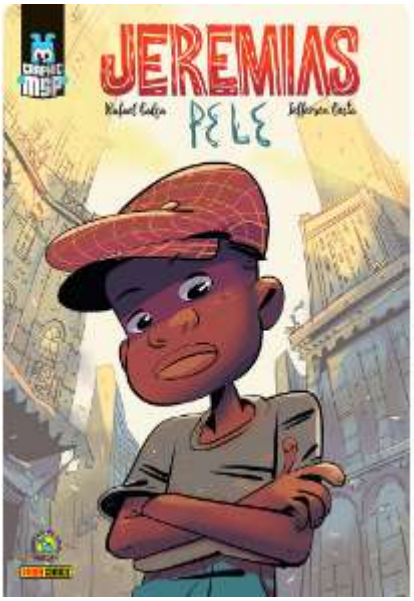

Figura 2[8]

A sua sequência "*Jeremias Alma"* (publicada pela Panini, em 2020), de mesmo roteirista e ilustrador, consegue ser ainda mais comovente. Nessa história, o personagem Franjinha ao ir à Europa buscar suas raízes italianas, desperta em Jeremias uma curiosidade acerca da sua ancestralidade (quem são meus antepassados? o que eles fizeram de importante? são dúvidas que pairam sobre o garoto). Tal tarefa de resgate, torna-se árdua, pois sua família sofreu o apagamento de histórico ancestral - realidade comum à grande parte das famílias pretas no nosso país.

Em uma das passagens mais emocionantes da HQ, Jeremias e sua avó conversam sobre o papel da escravização na invisibilização da história das famílias pretas no Brasil. A história discute também como o racismo catalisa o sentimento de inadequação de uma criança na sua turma. Como uma atitude antirracista, a HQ defende a necessidade do resgate da memória ancestral, através de elementos da cultura afro[9] e ícones dos negros, que formam a cultura brasileira, a fim de desenvolver um sentimento de identidade capaz de elevar a autoestima das crianças afrodescendentes do nosso país. Dessa maneira, Jeremias Alma mostra a importância da representatividade da cultura negra na formação identitária, desenvolvendo o empoderamento das crianças pretas.

[8] Capa Jeremias Pele (2018), por Rafael Calça e Jefferson Costa
[9] Música, comportamentos, culinária, entre outros.

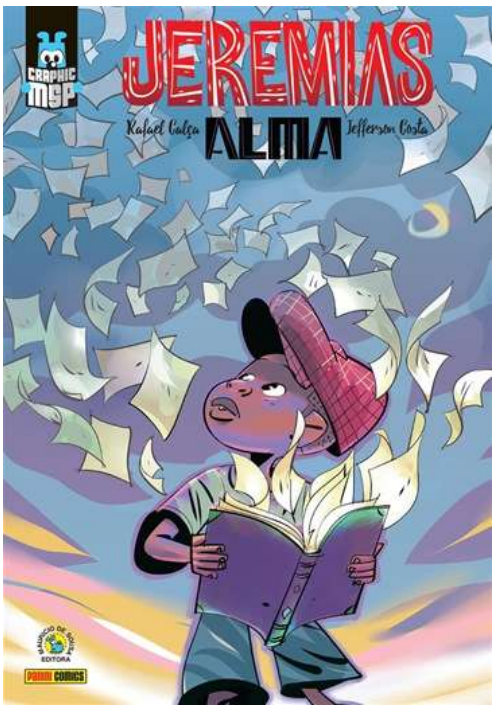

Figura 3[10]

Figura 4 - O questionamento de Jeremias à mãe sobre sua ancestralidade, desperta uma conversa com sua avó.

A emergência e fortalecimento da cidadania no Brasil, um dos principais objetivos da educação brasileira, segundo a Lei de Diretrizes e Bases aprovada e vigente desde 1996, só é possível através do rompimento do silêncio das culturas negadas por mecanismos coloniais racistas. Como visto, as HQs são fonte e ferramenta de grande potencial para o enfrentamento

[10] Capa Jeremias Alma (2020), por Rafael Calça e Jefferson Costa.

do racismo estrutural brasileiro. Desse modo, a seguir, irei analisar a capacidade da HQ *Angola Janga*, de Marcelo D'Salete, na aplicabilidade da lei 11.639/03 em se tratando da valorização do legado africano no enfrentamento do racismo estrutural no Brasil através da ótica dos subalternos.

ANGOLA JANGA E A LEI 10.639/03: VALORIZAÇÃO DO LEGADO AFRICANO NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO

Nas últimas décadas, com o intuito de reafirmar os protagonismos dos subalternos, os movimentos sociais conquistaram através de muita luta, algumas ações afirmativas a favor da pluralidade étnica-cultural nas escolas: entre elas, a lei 10.639/03 (que torna obrigatório o ensino de História da África e cultura afro-brasileira na educação básica), a 11.645/08 que completa a anterior, inserindo no currículo escolar a obrigatoriedade da temática indígena nas aulas de História e a política pública do plano nacional do livro didático (PNLD) literário, que leva apenas livros selecionados para as escolas.

A obra escolhida como objeto de estudo, *Angola Janga* (2017) do professor, ilustrador e quadrinista Marcelo D'Salete, propõe-se a retomar a perspectiva dos subalternos quanto ao protagonismo dos escravizados no processo de luta pela liberdade no Quilombo dos Palmares, no final do século XVII. A HQ, produzida por um artista negro que sofre racismo estrutural, cumpre fielmente à proposta de Gayatri Spivak, uma pensadora culturalista indiana, a qual defende que o subalterno possa falar por si, a fim de garantir pluralidade acerca dos pontos de vistas sobre processos históricos que incutem relações de poder. Nesse sentido, segundo o próprio autor, a narrativa gráfica se propôs a contar *uma* história sobre o Quilombo dos Palmares. O pronome indefinido escolhido pelo autor para se referir ao objetivo que este tinha ao produzir a HQ não é acidental, D' Salete buscou retratar *uma* dentre várias versões existentes de acordo com as relações de poder e disputas de narrativas históricas acerca do Quilombo dos Palmares e seus habitantes. Temos, assim, uma narrativa histórica marginal desenvolvida por um sujeito que sofre racismo estrutural. Desse modo, trabalhar com essa obra em sala de aula, é aplicar a proposta de Spivak de "dar voz ao subalterno".

A obra foi uma das vencedoras do PNLD literário, do HQ Mix e do Prêmio Jabuti, em 2018. A HQ trata-se das últimas décadas do maior e mais sistematizado quilombo da história[11], localizado na Serra da Barriga, em uma área que atualmente pertence ao estado de

[11] No seu auge, chegou a congregar mais de 20 mil pessoas.

Alagoas, mas na época, pertencia à Capitania Geral de Pernambuco. Diferentemente da narrativa tradicional positivista, que parte da perspectiva dos luso-brasileiros, Marcelo D' Salete traz em sua obra, a versão dos aquilombados que possuíam, por sua vez, suas próprias angústias, medos e desejo pela liberdade. Assim, nessa HQ, os subalternos são autônomos, fora dos estereótipos com os que são tradicionalmente representados os escravizados na cultura da mídia.

Fruto de onze anos de pesquisa, apesar de ser uma narrativa gráfica ficcional, em *Angola Janga: Uma História de Palmares,* o leitor não perde de foco a perspectiva histórica enquanto a lê. A opção do professor por mesclar ficção e realidade se justifica devido à escassez de documentos históricos que versam sobre a ótica dos palmaristas. Grande parte dos documentos acerca das últimas décadas de Palmares advém de fontes compromissadas com a sua destruição, como soldados, oficiais, senhores de engenho, governadores e padres.

A própria biografia de Zumbi, um dos principais líderes do quilombo e o sujeito mais popularizado em materiais didáticos, é incerta. Chinen (2019, p. 240-241) aponta que existem muitas controvérsias acerca da biografia de Zumbi, devido à falta de fontes confiáveis que servissem de alternativas à historiografia oficial, a qual costumava apresentar um tratamento hostil ao personagem, que era considerado rebelde e um mau exemplo de comportamento no contexto escravocrata. Na contramão da narrativa oficial, a figura de Zumbi ganhou muitas variações nas HQs ao longo do tempo, sendo perpetuada como símbolo de resistência à escravização.

O historiador Rocha Pita, aliado às ideias das autoridades coloniais, portanto, aliado aos ideais escravocratas e contrário às formas de resistência ao regime vigente, é autor de um dos relatos mais difundidos sobre o Quilombo dos Palmares. Em seu trabalho, Pita enaltece a figura de Domingos Jorge Velho, o bandeirante paulista que ficou conhecido por desagregar Palmares. França e Ferreira (2012 apud CHINEN, 2019) afirmam que uma quantidade expressiva de estudos sobre Zumbi é baseada nessa única fonte. Portanto, durante décadas, os materiais didáticos eram baseados na perspectiva dos bandeirantes, os quais eram vistos como heróis nacionais.

Somente na década de 1970, outra versão acerca da biografia de Zumbi passou a ser difundida: a versão do historiador e jornalista Décio Freitas que alegou ter tido acesso a cartas escritas pelo padre Antônio de Melo. Nela, após seus pais serem assassinados durante uma

das incursões militares contra Palmares, ele é levado ainda bebê para ser criado e educado pelo padre Antônio de Melo. Vivendo segundo a ótica cristã e luso-brasileira, recebe o nome de Francisco. No entanto, apesar de não ser considerado escravo, sofria racismo devido à sua origem e cor da sua pele. Ao tomar consciência do seu papel dentro da sociedade colonial escravocrata, decide fugir e lutar pela liberdade do seu povo até a sua execução em 20 de janeiro de 1695, por André Furtado. Atualmente, a data celebra o Dia da Consciência Negra. No entanto, a lacuna da versão de Freitas é devido à falta de documentos que a comprovasse, ou seja, as referidas cartas jamais foram apresentadas por ele.

Tendo posse das duas principais teorias sobre o Quilombo dos Palmares, D' Salete optou por trazer à sua HQ a versão não comprovada sobre a origem de Zumbi de Décio Freitas. Lançada em 2017 pela editora Veneta, *Angola Janga* pode ser considerada "a mais completa visão sobre Palmares concebida em quadrinhos até o momento" (CHINEN, 2019, p. 249). Esse romance gráfico foi um produto de uma extensa pesquisa bibliográfica que culminou em mais de 400 páginas, divididas em 11 capítulos não-lineares de história, marcada por personagens antes ignorados em outras versões em quadrinhos acerca do Quilombo dos Palmares. Desse modo, diferentemente da versão do roteirista e sociólogo Clóvis Moura e do desenhista Álvaro de Moya intitulada *Zumbi em quadrinhos* (1955), na versão de D'Salete, embora Zumbi tenha naturalmente um papel principal, esse não é considerado herói épico, desprovido de dramas psicológicos comuns a qualquer ser humano. Desse modo, a história da "pequena Angola" é maior que a do seu líder mais famoso. Na HQ, D'Salete traz diversos personagens masculinos e femininos reais e fictícios,[12] o que mostra que a manutenção do quilombo mais famoso da história do Brasil foi desempenhada por uma coletividade e não focada apenas na figura de Zumbi. A sensação ao ler a HQ é de que estamos diante de uma grande partida de xadrez com muitos personagens defendendo seus próprios pontos de vista. Desse modo, a HQ narra os conflitos constantes entre os quilombolas, os negros escravizados, os indígenas, os portugueses, os holandeses e os paulistas, relatando uma formação do Brasil através de um processo de extrema violência. Os aquilombados de Palmares são heterogêneos entre si, a começar pelos líderes Ganga-Zumba e Zumbi que detinham ideias rivais acerca da organização do quilombo e postura diante da Coroa Portuguesa após os contínuos ataques.

[12] Dentre eles, destaque para alguns nomes reais como Ganga-Zumba, outro líder importante cujas ideias rivalizavam com as de Zumbi; Acotirene, a matriarca e conselheira dos líderes quilombolas cujo nome batizou um dos mocambos da Serra da Barriga.

A narrativa é guiada por Antônio Soares, conhecido na história tradicional apenas por ser o "traidor de Zumbi". A escolha do autor em contar a história a partir da percepção do cativo Soares é enriquecedora para compreendermos as nuances e complexidades dentro do processo de escravização. Na narrativa, Soares é considerado "atrevido" pelos herdeiros por solicitar a carta de alforria prometida pela Sra Catarina no leito de sua morte. Ludibriado pelos herdeiros do engenho, decide fugir com outro escravizado desse, Osenga, em busca do quilombo dos Palmares ou Angola Janga, como era chamada na língua banto-quimbundo. Ao chegar em Angola Janga, logo Soares se torna o homem de confiança de Zumbi e junto a ele detinha o interesse pela resistência armada no quilombo, diferentemente do outro líder, Ganga Zumba, o qual havia selado um acordo com a Coroa Portuguesa para acabar com o conflito armado a fim de proteger o seu povo. Somente com o desmanche de alguns mocambos que formavam Palmares, Soares se desespera por sua liberdade e decide, dramaticamente, entregar o esconderijo de Zumbi aos bandeirantes. Sua escolha, o mata aos poucos até seu também precoce fim. Dessa forma, na HQ, é notório que a morte de Zumbi não foi um grande feito dos bandeirantes (como defendia a historiografia oficial), mas, na verdade, foi fruto de conflitos internos pela liberdade. No entanto, isso não significa o fim da resistência.

Em Angola Janga, D'Salete emprega uma estética contemplativa, a qual consegue equilibrar o silêncio e a ação em toda a trama, gerando no leitor a sensação de tensão e suspense do início ao fim. A obra em preto e branco contrasta como em um jogo de luz e sombras. Os pretos (aquilombados ou não) são caracterizados em suas particularidades (cortes de cabelo, cicatrizes, feições únicas para cada personagem), com as quais não é possível confundi-los ao longo da trama. Tal escolha estética não é mero estilismo. D' Salete busca em toda a obra retratar os personagens destacando suas aproximações, diferenças e conflitos dentro do jogo cruel da escravização na busca por liberdade.

O seu traçado e desenhos bem elaborados, semelhantes com o estilo de Frank O'Neill Miller - autor de quadrinhos norte-americano como *Batman: Cavaleiro das Trevas* (1986) *e Demolidor: A Queda de Murdock* (1986) - privilegiam o caráter artístico. O autor utiliza diferentes recursos para garantir a tensão da narrativa: uma grande variedade de ângulos, os closes nas faces dos personagens que dão maior complexidade psicológica à obra, o uso de sombras que proporcionam um tom dramático ao longo da narrativa, o uso do preto e branco que intensifica o realismo da história narrada, entre outros.

A linguagem empregada por D' Salete, comum ao estilo artístico empregado por ele, apresenta um discurso mais literário e menos preocupado com uma abordagem mais generalizante sobre o tema da escravização. Em seu lugar, recorre a uma abordagem micro e conta com uma bibliografia mais densa sobre o tema, possibilitando, através do texto verbal e não-verbal da obra, uma maior profundidade do saber histórico. Como consequência, requer do leitor um conhecimento prévio sobre o tema abordado. Por essa razão, D' Salete não tinha o objetivo de lançar sua HQ como um material didático, a priori. Mas, devido à capacidade reflexiva e problematizadora de sua obra, em se tratando do ensino de História da África e do processo traumático da escravização, notou-se, através de sua inserção no Programa Nacional do Livro Didático Literário (2018), sua potencialidade na educação básica por professores capacitados com a linguagem das HQS, juntamente com os devidos cuidados com relação à faixa etária - voltada para os anos finais do Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio.

A fim de analisar a maneira a qual Marcelo D'Salete utiliza os textos verbais e não-verbais em sua obra e em como retrata a construção dos fatos históricos nessa, utilizei da metodologia de Antônio Luiz Cagnin. Essa metodologia valoriza a necessidade de examinar as cores, as luzes/ sombras, as metáforas e os traços nos quadros para se conduzir uma interpretação. Além de servir de método de análise para as HQs, ela também pode ser utilizada na análise de imagens de cinema, cartazes, fotografia, entre outros. Em sua obra *Os Quadrinhos* (1975), Cagnin caracteriza a estrutura de análise dessa arte: "A história-em-quadrinhos é um sistema narrativo formado por dois códigos de signos gráficos: a imagem, obtida pelo desenho; a linguagem escrita." (CAGNIN, 1975, p. 25). Desse modo, faz-se necessário analisar ambos os códigos conjuntamente, percebendo que uma HQ traz consigo "dados que envolvem ou antecedem a comunicação visual" em diferentes modalidades de relação com o leitor: o intra-icônico, que consiste na relação com a imagem; o inter-icônico, a relação entre a sequência das imagens; e o extra-icônico, a relação das imagens com elementos da natureza diversa como, por exemplo, o tempo e a cultura. Por outro lado, é válido destacar que o ponto central de uma análise é a sua narrativa, portanto, não se deve escamotear o signo textual de uma obra, pois ambos os signos são necessários para a compreensão da obra examinada, de acordo com Cagnin.

Como dito anteriormente, *Angola Janga* desperta no leitor a sensação de tensão ao narrar os eventos históricos traumáticos da escravização. Para isso, o autor vale-se de alguns recursos que amplificam a tensão e a dramaticidade da obra: o uso do jogo de sombras e

luzes, o zoom na face do personagem, o uso do preto e branco, entre outros. A exemplo disso, a figura 5 retrata os recursos de zoom no inseto - tendo em vista que o cenário geográfico é parte atuante na trama - e na face da personagem Dara, além de notar o desenrolar da narrativa da personagem destacada fora dos balões, causando a sensação de dinâmica diante do exposto. Nas figuras 6 e 7, nota-se a estética de aventura típica de um estilo cinematográfico, ilustrada pelo autor através de onomatopeias ("BAM" que simboliza o som dos disparos da arma de fogo, na figura 6; TA TA TA, que simboliza o som do tambor, na figura 7), movimentos de armas e alvos acertados, zoom e a escolha por quase nenhum balão nos quadrinhos ilustrados. Assim, os quadrinhos de D'Salete acompanham a teoria de Cagnin, ou seja, caracterizam-se por uma linguagem artística complexa e uma narrativa nem sempre linear.

Embora que a obra traga, de maneira geral, referências importantes do legado africano e afro-brasileiro na formação da nossa sociedade pluriétnica, destacando as nuances que formavam a cruel luta por liberdade na sociedade escravocrata brasileira do século XVII e o protagonismo dos pretos nessas batalhas, o recorte escolhido para análise fora os dois últimos capítulos da obra, o dez e onze intitulados *O abraço* e *Passos na noite*, respectivamente. No capítulo dez, após a morte de Zumbi, a fala de Cuca: "teu nome… fica guardado com a gente, meu Ganga" [13] na figura 8, demonstra o legado de resistência que Zumbi deixou para a posteridade. O capítulo dez se encerra, com a profecia de Cuca[14] realizada no capítulo 1 da obra, sendo cumprida acerca do destino de Soares (vide figura 9). Em seguida, há a redenção dele, na figura 10, ao auxiliar Andala[15] a se livrar das amarras para que ela pudesse continuar lutando não apenas pela própria liberdade, mas, posteriormente, da coletividade ao invadir a vila e libertar os pretos da senzala no último capítulo da obra, observado na figura 11. Na conclusão de Angola Janga, a obra nos transporta para os dias atuais. A menina que era escravizada no engenho, agora, é ilustrada - na figura 12 - em uma periferia do Brasil, em uma situação precária como moradora de rua, a qual demonstra a não inserção do negro na sociedade pós-abolição expondo, assim, o Racismo estrutural que existe e persiste.

A obra é concluída com o sonho de liberdade de Dara[16], representado pelo signo "estrela brilhante" que avistava pelo buraco do telhado da senzala, sendo realizado. Penn

[13] Quadrinhos 5 e 6, respectivamente.
[14] Que representa a cosmovisão afro-brasileira acerca do papel de Soares no processo de resistência à escravização.
[15] Preta capturada
[16] Vide figura 13.

aponta que: “Saussure propôs um modelo simples e elegante do signo linguístico como sendo a conjunção arbitrária de um significante, ou imagem acústica, e um significado, ou conceito ou ideia" (PENN, 2002, p.320). Dessa maneira, assim como aponta a análise estrutural do signo de Saussure, através da associação de significante e significado, a estrela brilhante avistada por Dara na fresta do telhado da senzala equivale ao significante na análise semiótica, enquanto seu significado remete ao desejo de liberdade da personagem.

Na figura 14, podemos observar a última imagem humana da HQ: a única jovem sobrevivente do desmantelamento do Quilombo dos Palmares, a personagem Dara em uma posição imponente em meio à floresta demonstrando a continuidade da resistência e da luta contra o sistema escravista e a colonização portuguesa. Através de uma análise semiótica dos significantes que envolvem o posicionamento da personagem com a sua lança, ela sugere um significado central: que a personagem equipara-se a uma protagonista de seu tempo. Seu olhar para o alto, sugere seus anseios por justiça e equidade. A escolha pelo rosto feminino empoderado para encerrar a HQ é bastante simbólica, pois sinaliza a preocupação de D’Salete em dar voz à resistência feminina que é - na historiografia tradicional - duplamente subalterna, corroborando assim nas lutas contra-hegemônicas atuais contra o racismo e machismo estrutural.

Apesar dos avanços dos estudos acerca do processo de escravização, ainda há disputas de narrativas históricas que envolvem tal temática. Desse modo, é salutar que o professor de história esteja consciente sobre o perigo de perpassar aos seus alunos a ideia freyriana de democracia racial. Em seu lugar, deve-se mediar o debate crítico e reflexivo com eles sobre o processo de construção do racismo estrutural brasileiro. Aliado a isso, a favor da lei 10.639/2003, faz-se necessário que o alunado tenha acesso à História da África bem como ao papel do legado africano para a formação do Brasil. Nesse aspecto, a HQ *Angola Janga* é uma ferramenta didática extremamente valiosa, a serviço da luta antirracista e do resgate do legado africano e afro-brasileiro na história do Brasil, pois autor segue uma visão historiográfica thompsoniana ligada aos conceitos identitários e contra-hegemônicos ao retratar, na esfera micro, o protagonismo dos pretos nos conflitos que envolviam as lutas pela liberdade no Quilombo dos Palmares, na Capitania de Pernambuco, em fins do século XVII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há cerca de duas décadas a lei 10.639/03 entrou em vigor a favor da obrigatoriedade do ensino de história da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas de educação básica. Essa, foi fruto de uma intensa luta dos movimentos sociais por equidade, justiça e voz em uma sociedade desigual e racista. Alguns avanços na seara educacional e cultural foram percebidos, como a inserção de obras literárias acerca da realidade brasileira nas bibliotecas escolares, como a obra analisada no presente trabalho. No entanto, ainda é perceptível o pouco protagonismo negro em histórias em quadrinhos que tratam de temas históricos de uma maneira crítica e contra-hegemônica tal como D' Salete realizou em *Angola Janga*. Tal vácuo, deve-se ainda ao comportamento conservador da cultura da mídia que tende a produzir e reproduzir a hegemonia, assim como apregoou Douglas Kellner.

O conceito de *hegemonia* foi notoriamente desenvolvido pelo filósofo marxista Antonio Gramsci. Segundo ele, é a hegemonia que controla a condição de raça, classe e etnia das camadas subalternizadas. Ao analisar a condição de vida subalterna que os escravizados da Roma Antiga vivenciavam, Gramsci evidenciou, entre outras coisas, que a dominação de uma classe sobre a outra não se limita apenas à esfera econômica, mas também no campo sociocultural. Dessa forma, ao trabalhar com a temática racial, o conceito de *hegemonia* proposto por Gramsci, analisado e sintetizado por Giuseppe D'Anna[17], é ponto central para a compreensão do debate teórico para então, poder construir uma proposta educacional contra-hegemônica que vise abordar os protagonismos dos grupos subalternos na busca por emancipação consciente e ativa[18] nas narrativas históricas.

Em se tratando do papel do professor de História ao abordar temas sensíveis como o processo de escravização e das lutas dos escravizados por liberdade, Nunes (2002, p. 35) comenta que esse deve assumir uma postura de intelectual orgânico[19], caso contrário, apenas será um tradicional transmissor de ideologias que reforçarão as bases da cultura dominante.

Apesar do conceito de hegemonia de Gramsci ter sido formulado em um contexto específico na Itália pós Primeira Guerra Mundial, esse foi influente nos estudos culturais

---

[17] D'ANNA, Giuseppe. Hegemonia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (ORGS.) Dicionário gramsciano (1926-1937) São Paulo: Boitempo, 2017.
[18] orgânica, de acordo com Gramsci.
[19] Esse, de acordo com o pensamento gramsciano, em oposição ao intelectual tradicional, seria "aquele que se desdobra em favor de uma causa ou de um partido, contribuindo para lhe dar consciência ideológica, difundindo-o ao máximo possível na esfera social." (Ibidem, p.33).

ingleses, como no materialismo cultural de Raymond William. [20] Segundo ele, existia uma contra hegemonia que seria a reação dos subalternos que não aceitariam de maneira passiva as imposições da classe dominante. De acordo com Braga (2020), o marxismo cultural influenciou os historiadores que passaram a se dedicar ao campo da cultura, com destaque para o autor da obra *Costumes em comum*, o inglês E.P Thompson. O objetivo dessa nova historiografia, baseada nas lutas de classes, passa a ser, a de propor uma análise da cultura vindo de baixo para cima, destacando as ações culturais como resistência dos grupos subalternos.

Influenciados pelos estudos de Gramsci, os intelectuais da Escola de Birmingham, aprofundaram os estudos culturais ingleses incorporando os conceitos de subalterno, subalternidade e principalmente de hegemonia. Através de uma metodologia pós-estruturalista, a Escola de Birmingham também sofreu influência da Escola de Frankfurt no que tange às concepções das mídias. Desse modo, o conceito de hegemonia, passa a ser o de ideias dominantes difundidas pela cultura da mídia, como proposto por Douglas Kellner. [21]

No Brasil, tais estudos de crítica à colonização, dedicaram-se a analisar a escravização como produtora de nossa cultura, formadora de uma hegemonia colonialista que é perpassada até os dias atuais através do racismo estrutural vigente. De acordo com Costa (2020, p, 52), "como estamos no Brasil, nossa primeira prioridade é a luta de resistência dos africanos às condições de escravidão, cuja figura mais antiga é o quilombo. Palmares e Zumbi são ainda hoje fonte inesgotável de inspiração" Assim ao realizar o presente trabalho, segui a linha dos estudos culturais os quais são baseados no conceito de hegemonia para analisar a sociedade a partir de uma teoria crítica sobre a identidade dos grupos subalternos.

Tomás Tadeu da Silva (2000), pontua que uma das estratégias de dominação hegemônica é suprimir as identidades. De acordo com ele, "a identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido." Posteriormente, completa apontando que: "(...) a diferença é parte ativa da formação da identidade."[22] Desse modo, tal disputa entre identidade hegemônica e contra-hegemônica incute relações de poder. Nesse aspecto, Silva salienta que é através da representação que a

[20] WILLIAMS, Raymond. Cultura e Materialismo. São Paulo: Unesp, 2011.
[21] Os estudos de Kellner se tratavam do pensamento conservador no final da guerra fria e no início da nova ordem mundial global e neoliberal.

[22] (SILVA, 2000, p.83)

identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Assim, “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade”[23] . Dessa maneira, “questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação”.[24]

A proposta educativa vide as problemáticas apresentadas devido ao racismo estrutural vigente, é promover a construção da identidade através de um multiculturalismo revolucionário. Peter McLaren evidencia que “somente a resistência crítica à dominação cultural é capaz de desafiar os processos historicamente sedimentados”,[25] como o racismo estrutural.

Atualmente, o multiculturalismo tem avançado na seara educacional, inclusive, nota-se sua presença nos currículos prescritos como a BNCC. O dilema está centralizado no modo ao qual ele é empregado nas escolas, pois quando esse é utilizado em benefício da cultura dominante, adquire uma interpretação e representação - nos materiais didáticos - de uma identidade que é construída pelo *outro-dominanante*, através da chamada *pedagogia do consenso*. Tal conjuntura é bastante nociva no tocante à formação identitária dos estudantes ao terem acesso apenas à visão dos europeus carregada de estereótipos e preconceitos sobre os grupos subalternos - africanos e indígenas - nas lutas pela liberdade no período escravocrata brasileiro.

Em seu lugar, o professor de História, preocupado com a construção das identidades de seus alunos e com a memória coletiva acerca da narrativa histórica de processos traumáticos - como o contexto de Escravização - tem o papel de buscar dar voz aos subalternos, buscando, para isso, referências didáticas que rompam com a pedagogia do consenso, adquirindo uma postura pedagógica contra-hegemônica, conhecida por *pedagogia do conflito*. Portanto, apesar dos avanços já conquistados pelos movimentos sociais e a comunidade acadêmica quanto a inserção do multiculturalismo da educação básica, nota-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Nesse aspecto, a HQ analisada, *Angola Janga*, de Marcelo D’ Salete, traz uma visão contra-hegemônica no tocante às resistências dos

---

[23] Ibidem, p. 91-92
[24] Ibidem, p. 91-92
[25] MCLAREN, Peter. Apud: SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar história no século XX:** Em busca do tempo entendido. 4o edição, Campinas: Papirus, 2012, (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), p.47.

africanos à escravização[26] no final do século XVII, no Quilombo dos Palmares, buscando romper com a visão tradicional dos bandeirantes quanto heróis nacionais (vide figura 15 e 16)[27]. Portanto, o debate acerca da memória é problematizado na obra. Além disso, D' Salete apresenta: a religião católica como uma das formadoras da hegemonia e mostra a postura contra-hegemônica de Zumbi ao negar tal imposição e violência simbólica (vide figura 17); a tentativa de coisificação dos escravizados através da visão dos europeus, mas apresenta a contrapartida dos pretos que são conscientes desse processo e reagem a tal coisificação [28] (vide figura 18 e 19); o resgate da cosmovisão africana através dos jogos de búzios da velha Cuca - figura 9 - e das falas do velho Tata (vide figura 20), entre outras tantas abordagens que dialogam com a historiografia thompsoniana e de seus adeptos. Desse modo, a perspectiva de autonomia e resistência dos grupos subalternos - fruto da consciência desses sujeitos à escravização - é ponto central na HQ de Marcelo D' Salete.

Por fim, torna-se evidente a potencialidade dessa narrativa gráfica - como ferramenta pedagógica e fonte - nas aulas de História dos anos finais do Fundamental 2 e Ensino Médio - no tocante à temática da escravização e das lutas por liberdade. Através de sua dimensão artística, a obra de D' Salete dialoga com a perspectiva do multiculturalismo crítico e com a Pedagogia do Conflito, ao dar voz aos sujeitos antes silenciados pela historiografia tradicional e pela Pedagogia do Consenso, apontando as origens das desigualdades raciais que se refletem na estrutura social brasileira. Colaborando, assim, na aplicabilidade da lei 10.639/03 em se tratando da valorização do legado africano no enfrentamento do racismo estrutural no Brasil através da ótica dos subalternos.

[26] Na HQ, também são contempladas as participações de indígenas e dissidentes brancos, mediante seus interesses e dramas psicológicos nas lutas por liberdade.
[27] Na imagem, destaca-se o bandeirante ambicioso Fortunato, caracterizado de uma maneira que difere da historiografia tradicional, a qual representa os bandeirantes como heróis nacionais.
[28] Opondo-se, nesse sentido, aos ideais de Florestan Fernandes e seus seguidores que julgavam os negros escravizados de maneira coisificada.

ANEXOS

Figura 5[29]

[29] D'SALETE, Marcelo. Angola, Janga. São Paulo: Veneta, 2018, p.211

Figura 6[30]

[30] Ibidem, p.94

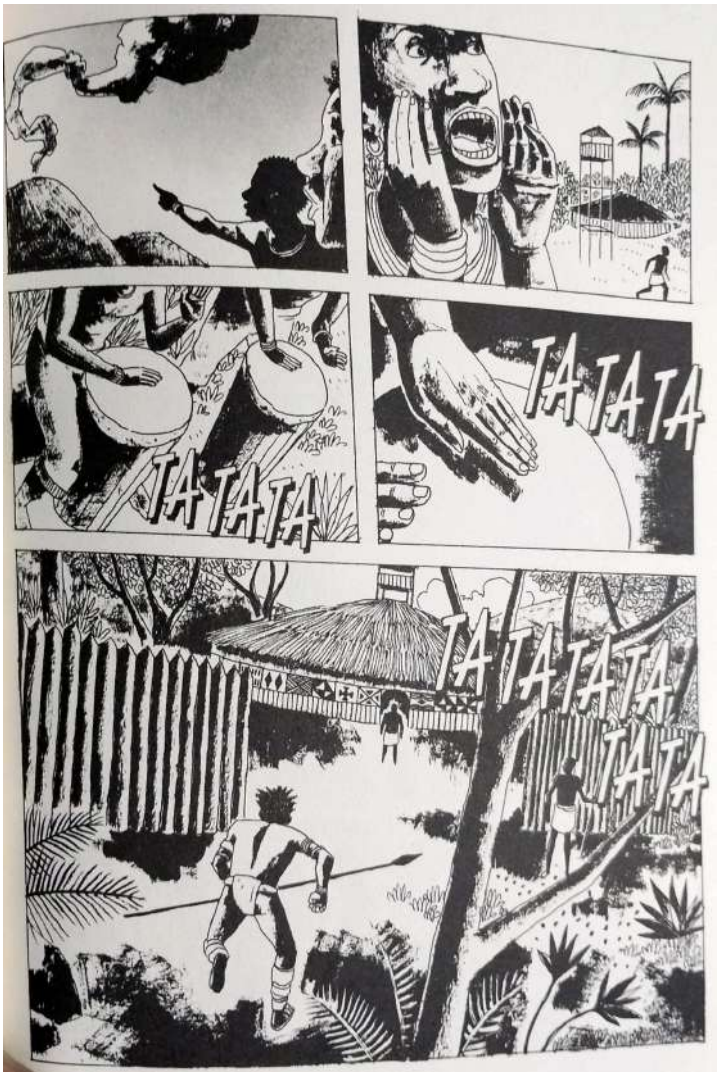

Figura 7[31]

[31] Ibidem, p.97

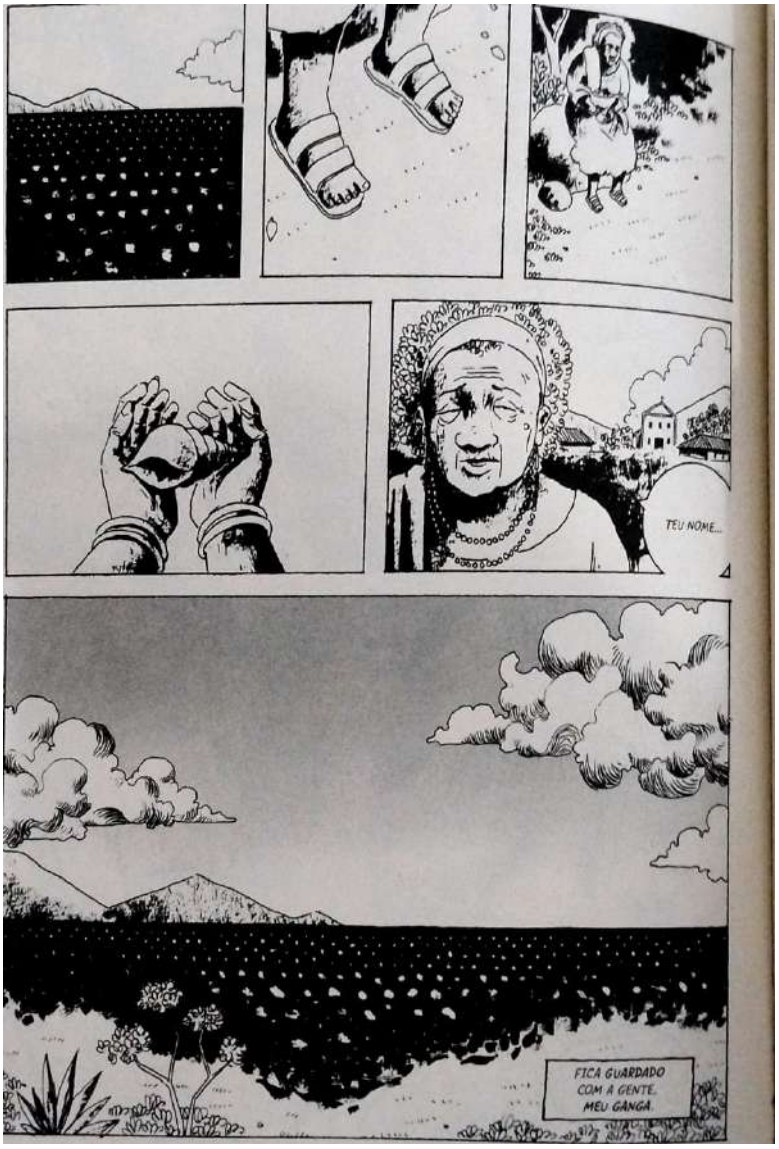

Figura 8[32]

[32] Ibidem, p.378

Figura 9 [33]

[33] Ibidem, p.32

Figura 10[34]

[34] Ibidem, p.382.

Figura 11[35]

[35] Ibidem, p.404

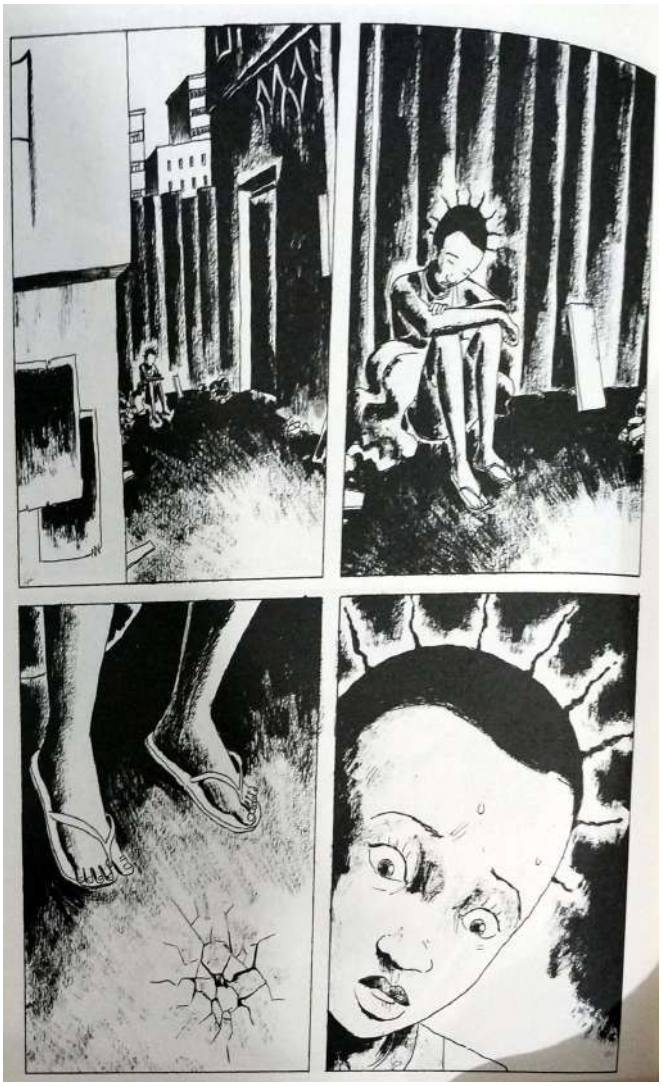

Figura 12[36]

[36] Ibidem, p.392.

Figura 13[37]

[37] Ibidem, p.400

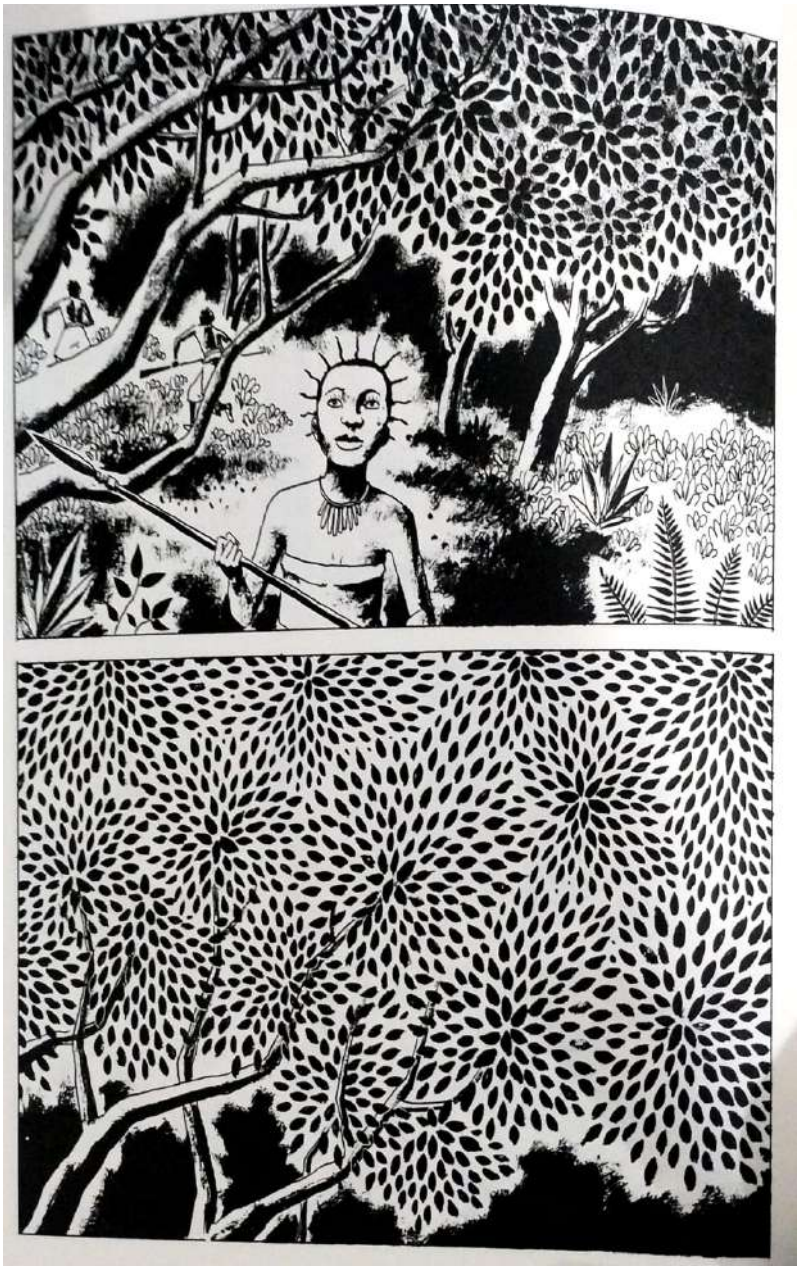

Figura 14[38]

[38] Ibidem, p.408

Figura 15[39]

Figura 16[40]

[39] Ibidem, p.183.
[40] Ibidem, p.183.

Figura 17[41]

[41] Ibidem, p.200.

Figura 18[42]

[42] Ibidem, p.167.

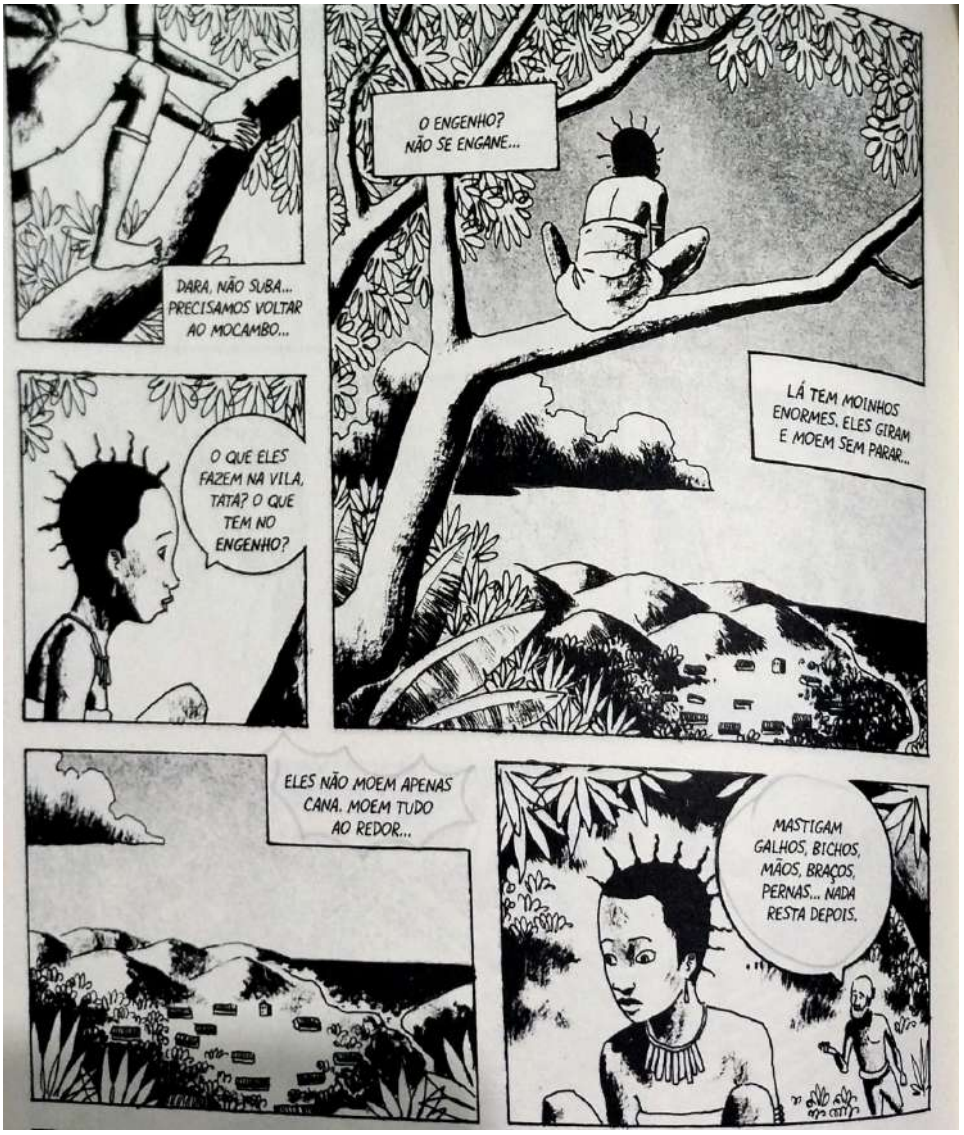

Figura 19[43]

[43] Ibidem, p.212

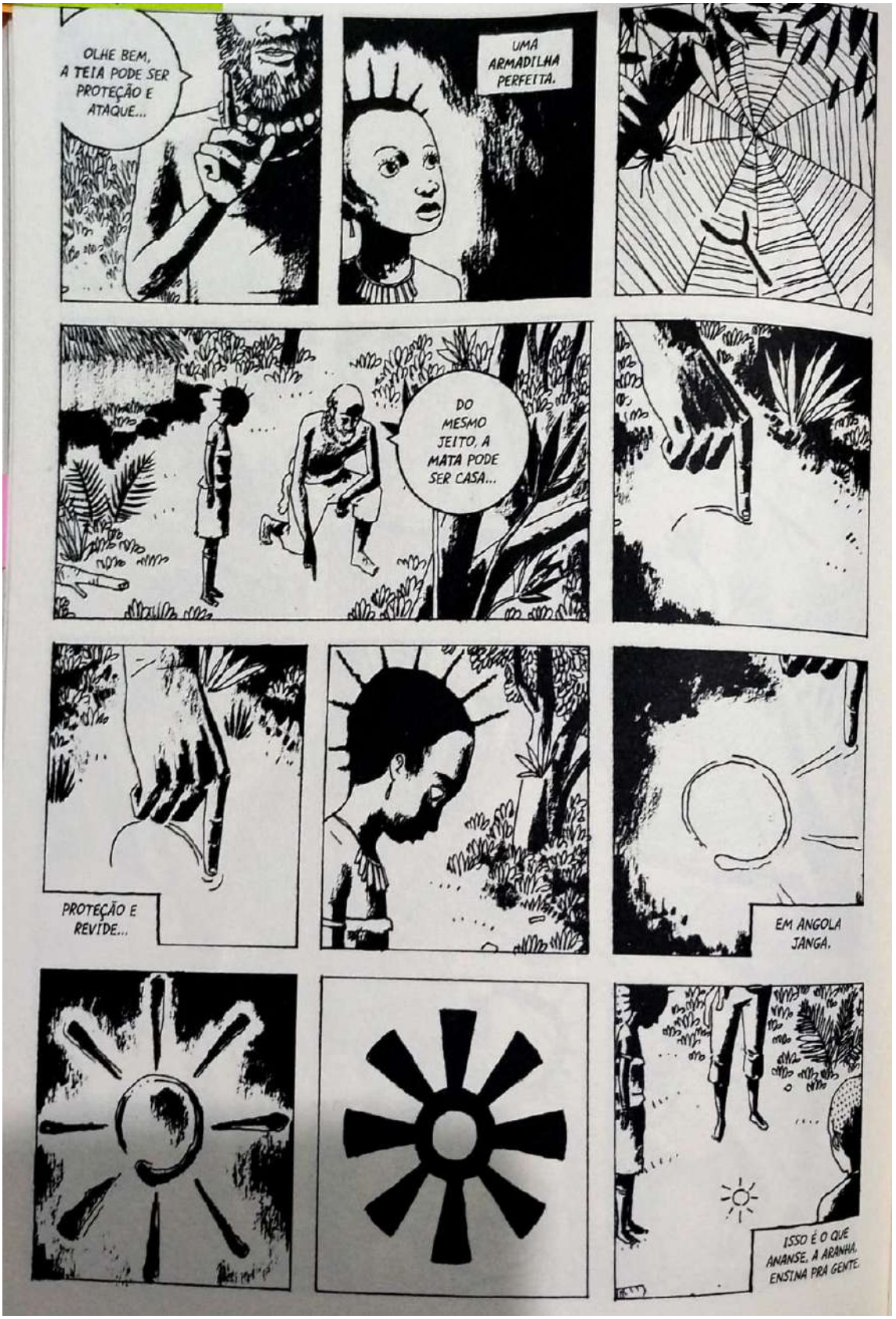

Figura 20[44]

[44] Ibidem, p.204

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo estrutural?.** Belo Horizonte: Editora letramento, 2018.

BARBOSA, Alexandre. **Como usar histórias em quadrinhos na sala de aula.** In: BARBOSA, Alexandre; RAMOS, Paulo; VILELA, Túlio; VERGUEIRO, Waldomiro. (Orgs.). 3. Ed., 3ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2009.

BARBOSA, Sirlene; PINHEIRO, João. **Carolina**. São Paulo: Veneta, 2016.

BITTENCOURT, Circe. In: **BNCC de História nos estados** - Palestra de Abertura. Produção de: Especialização em História da Bahia, EHB-UEFS (Youtube), 2020.. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SdG_2ttDEK8 Acesso em 08/02/2023.

BRAGA, Evandro José. **Leitura da HQ Angola Janga no ensino de História**: uma reflexão sobre o racismo e escravidão. 2020. 181 f. Dissertação (Mestrado profissional em ensino de História) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em: 18 jan. 2023.

CAGNIN, Luiz Antônio. **Os Quadrinhos**. Ed. Ática, São Paulo, 1975.

CALÇA, Rafael, COSTA, Jefferson. **Jeremias Pele**. São Paulo: Panini, 2018.

_____. **Jeremias Alma.** São Paulo: Panini, 2020.

CARVALHO, Djota. **A educação está no gibi**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

CHINEN, Nabu (Nabuyoshi Chinen). **O negro nos quadrinhos do Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2019.

_____. **A construção do preconceito na representação dos negros nos quadrinhos**. 9ª arte: São Paulo, vol. 2, n.2, 74-90, 2013.

COSTA, Iná Camargo. **Dialética do marxismo cultural**. São Paulo: Expressão popular, 2020, p.52

D'SALETE, Marcelo. **Angola Janga**. São Paulo: Veneta, 2018

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio; GADOTTI, Moacir. **Pedagogia**: diálogo e conflito. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50.ed. revista. São Paulo: Global, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículos sem Fronteiras, v. 12, n.1, p.98-109, Jan/Abr 2012.

_____. **Educação e identidade negra**. Aletria, 2002. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/polit. Acesso em 10/09/2022.

GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira. **O silêncio**: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeiro grau: 1º a 4º série. 1985, 250 p. (Dissertação, mestrado em educação). Programa de pós-graduação em educação conhecimento e inclusão social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____; SHARE, Jeff. **Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação**. In: Scielo, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000300004. Acesso em: Set. 2022.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018. 320p.

MCLAREN, P. White terror and oppositional agency: towards a critical multiculturalism. In: GOLDBERG, D. T. (Ed.) **Multiculturalism**: acritical reader. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

_____. Apud: SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar história no século XX**: Em busca do tempo entendido. 4o edição, Campinas: Papirus, 2012, (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), p.47.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

MUNANGA, Kabenguele (org). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

_____. **Negritude - usos e sentidos**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988. Série Princípios.

NUNES, Silma do Carma. **Concepções de mundo no ensino da história**. Campinas: Papirus, 2002 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), p.35

ONU. **Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais**. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1978%20Declaração%20sobre%20Raça%20e%20Preconceitos%20Raciais.pdf Acesso em 20/01/2023.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1ª ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

PAIVA, Fábio. **Educação e violência nas Histórias em Quadrinhos de Batman**. Salvador: Quadro a Quadro, 2017.

PENN, Gemmo. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, cap.13.

VAINFAS, Ronaldo. **Colonização, miscigenação e questão racial**: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. Tempo (London), Niterói, v. 8, p. 7-22, 1999.

VERGUEIRO, Waldomiro et al. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. Editora Contexto, 4 ed., 2004.

_____; RAMA, Angela. (Org.) **As Histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto. 2006.

_____. **Os quadrinhos na aula de História**. In: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro (Org.). Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2014. p. 105-129.

VILELA, Tulio. **Os quadrinhos na aula de História** IN: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro. (Orgs.). Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.